



## TEORIA DO PROFISSIONALISMO NA CONSTITUIÇÃO DA PROFISSÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Douglas Abrahão de Oliveira

### **Resumo**

*Este trabalho é fruto do desenvolvimento de um projeto de pesquisa, em fase de elaboração a partir da Disciplina Metodologia da Pesquisa, ministrada na Universidade Federal de Uberlândia no curso de Educação Física; inicialmente teve como escopo a constituição da identidade profissional pelo mapeamento acerca dos conceitos advindos da regulamentação da profissão; com o aprofundamento dos estudos incorporamos a Teoria do Profissionalismo cunhada no contexto da Sociologia das Profissões, a fim de compreender os processos de constituição da Profissão de Educação Física utilizando-se para isto das esferas políticas, epistemológicas, sociais e do trabalho.*

### **Abstract**

*This work is the result of the development of a research project (still ongoing) that was drafted in the second half of 2008 at the Department of Research Methodology, taught at the Federal University of Uberlandia in Physical Education course. Who initially had the scope to build a professional identity by mapping on the concepts originated from the regulation of the profession, with the deepening of the studies he joined the Theory of Professionalism through the Sociology of Occupations, in order to understand the processes of formation of the Profession Physical Education using it for the political sphere, epistemological, and social work.*

### **Introdução**

As questões em torno do conceito de profissionalismo, tratado neste trabalho podem ser entendidas a partir da idéia de especialização, ou como definido por Smith, *especialização do trabalho produtivo*, ou ainda partindo de outro clássico, Durkheim, *o rateio das funções*.

“... a divisão do trabalho é considerada a chave principal para o entendimento das relações entre atores, das negociações e da construção de realidades nos ambientes de trabalho.” (MARQUES, Construção do Profissionalismo na Agronomia, pág. 19)

É importante reconhecer que estudar a Divisão Social do Trabalho pode ser um elemento primordial no entendimento do processo histórico que a Profissão<sup>1</sup> de Professor

---

<sup>1</sup> Entendida aqui como a capacidade de poder exercer uma forma de ganhar a vida, porém respaldada pela exposição à educação superior, sendo capaz de estabelecer um abrigo de mercado exclusivo.



de Educação Física tem passado, tendo em mente que apesar de aparentar ser um processo “natural”, onde os indivíduos são levados a se especializar e, com isso, adquirirem uma suposta melhor e mais clara Identidade Profissional, estas novas ocupações são criadas a partir de demandas do mercado, que acabam por gerar uma excessiva Estratificação Social, onde as relações de hierarquização, já tão latentes em nossa área, são elevadas a níveis ainda maiores.

Situação evidente se compararmos a atuação profissional do ator social pertencente ao campo da Educação Física que atua dentro da escola e outro pertencente à mesma área, mas que atua com treinamento esportivo. Assistimos a uma tentativa, frustrada,<sup>2</sup> de alteração da representação social de Professor de Educação Física para Educador Físico, o que reforça questões trazidas inicialmente e mais, a preocupação com o status profissional concomitante ao reconhecimento da categoria perante a sociedade, visto que a profissão de Professor passa por um processo de “(des) mérito” por parte da sociedade como um todo.

Temos como aspecto relevante neste processo de hierarquização profissional, social e no reconhecimento e status perante a sociedade, as Escolas de Formação (“Ensino Superior”) que se constitui como elemento chave na formação da Identidade Profissional.

É possível observar o incrível aumento destas Instituições Formadoras da classe de Professores de Educação Física, contudo, é preciso avaliar melhor o direcionamento que têm dado no cumprimento de sua função social, mesmo que muitas possuam um reconhecimento social positivo perante a sociedade, bem como em relação ao Mercado de Trabalho. Por outro lado a desvalorização de determinados campos de atuação deste profissional acaba por desencadear um processo de distinções e valorizações de ocupações dentro dos próprios cursos universitários, estabelecendo relações hierárquicas desde os currículos. Mesmo em Instituições (Públicas e Privadas) que apresentam propostas de formação pautadas nas teorias críticas, acabam por optar por maneiras diferentes de formar os futuros profissionais.

Atentando para as propostas curriculares de universidades particulares e públicas, podemos perceber que se as primeiras têm desenvolvido, tradicionalmente, uma formação predominantemente tecnicista, visando qualificar mão de obra para atuar no crescente mercado do fitness e do esporte, e as segundas caminham para uma lógica similar, onde a tríade Pesquisa, Ensino e Extensão têm sido posta de lado, em detrimento do argumento de se criar mais vagas no Ensino Superior Público. Tal opção tem funcionado, na verdade, como forma de sucatear as Universidades, enquanto o discurso para a sociedade se apresenta com outros nomes, como projetos de melhorias da Educação Superior.

Neste contexto, entram em cena questões amplamente discutidas pelos Profissionais de Educação Física e pelos discentes engajados na Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física (ENEF), sobre uma possível unificação da Profissão. Neste caso pressupõe-se a existência no atual momento histórico de duas profissões, determinadas também pelo tipo de formação inicial nas modalidades de Bacharéis e de Licenciados.

Fundamentando-nos na teoria do profissionalismo e nas afirmativas apresentadas, formulamos a seguinte pergunta: pode-se falar numa “possível” criação de

---

<sup>2</sup> O termo **Educador Físico** que vinha se tornando usual entre os profissionais da área, já é não é mais tão empregado, embora seja corriqueiro o seu uso por indivíduos não ligados diretamente a área.



uma nova profissão (Educador Físico) ou está-se falando da incorporação de uma “nova” ocupação a Profissão de Professor de Educação Física?

Mas para que nos seja possível aprofundar o debate sobre tal questão, torna-se necessário nos apropriarmos das categorias teóricas que servem de referência para a construção dos conceitos de profissão e de ocupação. Como podemos identificá-las e quais são seus elementos constituintes? Onde cada uma destas definições se encontram na estratificação social concomitantemente à divisão social do trabalho e suas relações hierárquicas?

Para tanto, nos aproximamos da visão de Freidson (1998), quem afirma que:

“... os critérios para definir profissões baseiam-se: 1. na exposição à educação superior e ao conhecimento formal abstrato que ela transmite; 2. na capacidade de a profissão exercer poder e ser uma forma de ganhar a vida; 3. em ser uma ocupação cuja educação é pré-requisito para obter posições específicas no mercado de trabalho, excluindo aqueles que não possuem tal qualificação” (pág. 24).

Sobre as ocupações, este mesmo autor exemplifica bem nesta passagem:

“Primeiro, há a concepção que vê nas ocupações tarefas ou funções [...] A segunda importante concepção de ocupação contorna essa dificuldade ao enfatizar as posições diferenciadas das ocupações num sistema de classes ou de estratificação. Assim, nos estudos convencionais de mobilidade social e estratificação e nas estatísticas oficiais sobre o trabalho, as ocupações são diferenciadas por sua localização numa hierarquia de prestígio, renda, poder ou controle a produção. Aqueles que possuem a mesma quantidade geral de competência, renda, prestígio ou educação imputadas são consideradas iguais, a despeito das tarefas diferentes que possam realizar.” (FREIDSON, 1998, pág. 116)

Partindo das conceitualizações acima, e seus elementos constituintes, trazemos de volta a presença no campo da Educação Física dos ditos cursos provisionados, questão que discutimos em trabalho anterior, os quais tiveram a perspectiva de atender aos profissionais que já trabalhavam na área esportiva, terapêutica e fitness, e que não possuíam formação acadêmico-científica. A justificativa apresentada quando da criação e autorização de tais cursos é de que estes profissionais seriam “injustiçados” se fossem, por força da lei, obrigados a deixar de atuar naquilo que já haviam conquistado legitimidade pela própria prática. A respeito desta formação aligeirada vêm sendo feitos questionamentos diversos, tanto em relação à forma como ao conteúdo da mesma, além de se apontar para a suspeita de que o uso da expressão Educador Físico não seria, portanto, uma saída para a inclusão dos profissionais formados nestes cursos. Sob a pretensa proteção de uma parcela da classe trabalhadora, o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) garante que o profissional que comprove dez anos de sua atuação na respectiva área, tem o direito de atuar legalmente na atividade que exercia, mediante a aquisição de uma carteira de atuação profissional (para a qual exige-se pagamento de anuidade), que lhe autoriza a atuar numa atividade específica (que pode ser de técnico esportivo, massagista, preparador físico, massoterapeuta e até personal training. (OLIVEIRA, 2009).

No percurso de análise deste fenômeno no campo da Educação Física, podemos ainda nos amparar em outra vertente da teoria sociológica que versa sobre outros tipos de profissionais: aqueles que “aprendem no serviço”, ou seja, na práxis do cotidiano,



chamados de “oficiais”. São aqueles profissionais que não necessitam de uma formação técnica ou de contato com o Ensino Superior<sup>3</sup>, que aprendem suas funções através da reprodução cotidiana daquela atividade, sendo qualificados em bons ou ruins de acordo com a sua capacidade de abstração e possível reflexão<sup>4</sup> sobre determinada prática, se pautando também neste aspecto para sua progressão (ascensão) vertical em relação à hierarquização profissional; tão bom o indivíduo se apresenta na sua práxis que com o passar do tempo ele ascende a novas posições, fruto de seu desempenho profissional, reivindicando assim, melhores salários e status, social e profissional.

Dentro do modelo social vigente podemos citar o exemplo dos profissionais fabris que obtém os seus aprendizados necessários para sua produção profissional diária, fornecida pelo próprio empregador, no exercício diário de suas tarefas e na busca de aperfeiçoamento no próprio local de trabalho.

Transpondo tal conceito para o campo da Educação Física, estaríamos nos referindo aos técnicos desportivos, professores de dança, professores de lutas e muitos outros profissionais atuantes dentro da área de Educação Física, muitos dos quais sofreram este processo de capacitação realizado por estes cursos de formação.

É passível de observação nestes grupos profissionais, neste caso em específico dos técnicos desportivos, que a grande maioria dos técnicos foram também atletas com relativo desempenho positivo. Ao final de suas carreiras se tornaram técnicos das respectivas modalidades desportivas que praticaram, ou passaram a desempenhar alguma função relacionada à atividade a qual estavam ligados anteriormente.

Segundo as palavras do próprio Conselho Profissional, por estes indivíduos desempenharem funções pertencentes ao Abrigo de Mercado da Educação Física, de acordo com a lei de 9.696, algo precisava ser feito para absorver esta categoria profissional ao “novo” mercado de trabalho, o que acabou por desencadear um processo de equiparação dos Professores de Educação Física aos provisionados, todos compreendidos em uma só perspectiva.

Entretanto, quando buscamos compreender as práticas desportivas e culturais a partir de análises antropológica e epistemológicas, esbarramos na constatação de que algumas (se não todas, uma grande maioria) transcendem ao campo designado da Educação Física, sendo possuidoras de regras, valores e simbolismos sincréticos relacionados às suas práticas.

Isto pode ser claramente observado no caso das lutas, em específico a capoeira, que se configura como uma representação social de um povo, carregada de cultura e de simbolismos e que só um praticante ou quem já teve contato com esta atividade pode compreender<sup>5</sup>, pois são aspectos e características transmitidas aos indivíduos no decorrer das atividades, e que um curso de provisionado ou mesmo uma Instituição de Ensino Superior (IES) não poderiam abarcar em sua totalidade a ponto de qualificar (formar) um Professor. Os conhecimentos necessários para o exercício desta modalidade não dependem exclusivamente de uma formação em nível superior, mas sim de elementos ligados às

---

<sup>3</sup> Requisito que já não os qualificam enquanto uma profissão, se baseando nas teorias do profissionalismo, fator primordial que não os pode colocar em pé de “igualdade”, com os profissionais que tiveram contato com a Educação Superior.

<sup>4</sup> Quando me refiro a possível baseio nos modelos de formação a qual estes indivíduos são submetidos, que não objetivam uma formação crítica – reflexiva a fim de emancipar o indivíduo, o que não necessariamente significa dizer que tais profissionais não sejam capazes destas análises.

<sup>5</sup> Num sentido de dentro para fora.



III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte  
*Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular*  
Niterói – RJ  
23 a 25 de setembro de 2010

ISSN 2179-8141

trajetórias de vida de quem se dedica durante um longo período a incorporar, para além de movimentos corporais, o sentido e significado cultural deste tipo de arte.

Claro que a formação superior pode corroborar no processo de agregação de conhecimento na práxis desta e de outras atividades, mas esta não é uma condição exclusiva<sup>6</sup>, para sua execução. Ou seja, um professor de Educação Física, formado e habilitado a exercer a profissão, não se torna, unicamente por este motivo, capaz de ser um mestre<sup>7</sup> de capoeira, pois este título cabe, segundo a tradição desta prática, ao indivíduo que passou por todos os ritos inerentes a mesma. , mas se este indivíduo concomitantemente possui contato com o ensino superior este “pode” agregar valores em sua práxis.

Então, para se ensinar capoeira, ser mestre nesta modalidade é uma condição exclusiva para o ensino, e não o de ser formado em Educação Física.

A partir destas análises, adentramos em mais um campo da sociologia do profissionalismo, a questão da expertise, que relata sobre as habilidades específicas que cada atuação profissional possui, sendo um dos elementos que as configura enquanto uma Profissão.

“Existem algumas tarefas que quase todo mundo, numa dada sociedade, num dado momento da história, pode realizar pela simples condição de ser adulto possuidor de competências convencionais da vida comum do dia-a-dia, como por exemplo, ser capaz de discar um numero de telefone ou de guiar um carro, e há outras que só podem ser realizadas após um breve treinamento ou instrução. Há outras ainda que exigem ou um extenso treinamento, ou experiência em ambos e, neste caso, os realizadores são verdadeiros especialistas com competência e conhecimento – isto é EXPERTISE.” (FREIDSON, O Renascimento do Profissionalismo. pág. 200)

Para tanto, é preciso possuir uma visão despragmatizada sobre a Educação Física e a Instituição Esporte, não podendo considere-las como pertencentes ao um mesmo estado, pois em dado momento histórico a Educação Física englobou o Esporte, o que não significa pensar que ambas sejam mutuamente iguais.

“O Esporte desenvolve-se, e tão extensiva e intensamente, que a Educação Física acaba se curvando diante dele. Nessa relação, a educação física ou incorpora o esporte (institucionalmente) ou é incorporada por ele (no caso da Alemanha) ou então estabelece uma relação ‘conflituosa’ ou de tensão com ele (o que vislumbra uma certa autonomia” (A Educação Física no Brasil e na Argentina. Identidade e Crise na Educação Física: Um enfoque Epistemológico. 2003, pág. 21)

Ou seja, a representação social de Professor de Educação Física não deve ser a mesma de Técnicos Desportivos ou demais atividades que o Conselho de Educação Física (CONFEF) no dia 1º de Setembro toma para si afirmando como “deles” os Educadores Físicos (Profissional da Educação Física). Surge ai esta nova denominação a fim de abarcar tudo aquilo que se move e tenha a ver com Expressão Corporal, como pode ser observado na lei nº. 9.696.

<sup>6</sup> Entendendo este como fator primordial, imprescindível e discriminatório para a execução desta atividade.

<sup>7</sup> Nome dado a quem ensina esta prática social.



III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte  
*Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular*  
Niterói – RJ  
23 a 25 de setembro de 2010

ISSN 2179-8141

“Art. 3º Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto.” (LEI Nº. 9.696, DE 1º DE SETEMBRO DE 1998).

Surgindo a partir daí o Sistema de Credenciamento da Educação Física, ou apenas dos Educadores Físicos, pois a princípio o Conselho fragmenta a área em duas, segundo seus preceptores uma FORMAL (“tudo” que tenha a ver com a Escola) e outra NÃO FORMAL (“tudo” que não tenha ver com a escola).

É importante lembrar que todo este processo reflete na identidade Profissional e faz parte da construção de tal identidade dos indivíduos socialmente representados pelo campo da Educação Física e que o Estado e as IES's (Instituições de Ensino Superior) tem papel fundamental neste processo.

“O sistema de credenciamento apóia-se num tripé em que as universidades, as associações e o Estado se aliam para garanti-lo.” (FREIDSON, O Renascimento do Profissionalismo pág. 25)

### **Hipótese de uma Nova Profissão**

Sobre a Hipótese de criação de uma nova profissão, legitimada segundo seus precursores por outros fatores sociais que não os mesmos dos Professores de Educação Física, como, o aumento do espaço de atuação do “Profissional de Educação Física” concomitante ao aumento dos Cercados Sociais, é incorporado na perspectiva de englobar novos atores sociais nesse processo institucional, iniciado pela criação de uma nova representação social, hoje utilizada usualmente pela sociedade<sup>8</sup>, mas que entre os profissionais de Educação Física é bastante discutida, pois, epistemologicamente o termo trás consigo diversos problemas.

“Educador” pressupõe o desenvolvimento de um indivíduo por meio de um mediador que não necessariamente se faz necessária alguma formação científica, possibilitado assim a qualquer um ser educador. Já “Professor” é aquele que ensina uma ciência uma arte, tem formação, acadêmica - científica sendo preparado para designar uma profissão, a de “Mestre”.

O que nos leva a entender, a partir do estudo do profissionalismo e do sentido epistemológico da determinação que essa nova terminologia que antes poderia ser entendida como uma nova ocupação ou até profissão, dentro da profissão Educação Física, devido à especialização não natural da área, mais sim pela demanda do mercado capitalista, não passa de um termo empregado erroneamente (um equivoco), de uma tentativa de abarcar esse crescente mercado, o da Saúde, ao qual a Educação Física tem cada dia conquistado mais espaço, criando assim um novo abrigo de mercado ou cercado social, mas sem deixar de constituir os que outrora fazem parte dela.

Situação confirmada a partir da citação de Freidson sobre as ocupações:

“Ocupação é o modo genérico de organizar o trabalho, sendo apenas ‘emprego’ na sua forma menos organizada e ‘profissão’ na sua forma mais organizada.

---

<sup>8</sup> Educador Físico.



III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte  
*Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular*  
Niterói – RJ  
23 a 25 de setembro de 2010

ISSN 2179-8141

Profissão é um método formal lógica e empiricamente possível de controlar a organização do trabalho, que é diferente do método da ‘mão invisível’ do mercado perfeito ou do controle administrativo por meio de uma burocracia racional-legal”. (FREIDSON, O Renascimento do Profissionalismo pág. 27).

“... pois uma profissão é, genericamente, uma ocupação, e certamente não é uma classe. O que distingue as ocupações umas das outras é o conhecimento e competência especializados necessários para a realização de tarefas diferentes numa divisão de trabalho”. (FREIDSON, O Renascimento do Profissionalismo pág. 40).

Ou seja, esta tentativa de inserção de uma “nova” ocupação, que não pode ser confundida com profissão, por não possuir os elementos constituintes para essa classificação, perde seu sentido, partindo dos pressupostos de Freidson e da própria teoria do profissionalismo, pois esta ocupação (área) em que o suposto Educador Físico atua nada mais é do que fruto da especialização da divisão do trabalho (que mais uma vez insisto em dizer que não é natural) na tentativa de “criar” mais um Mercado de Consumo e concomitantemente o acúmulo do capital. Situação elucidada pela passagem:

“No dia 1º de setembro, o Jornal DIÁRIO CATARINENSE, publicou um texto do Presidente do Regional, Prof. Marino Tessari. No artigo, o Presidente destacava o papel fundamental do Profissional de Educação Física como agente promotor de saúde e qualidade de vida... “Esta celebração não é só dos Profissionais de Educação Física, mas de toda a sociedade, que tem uma categoria com qualificação para orientar a atividade física...” (CREF’s Fazem a festa pelo Brasil. Rev. CONFEEF. Ano VIII. nº. 29. Outubro de 2008, p. 10-18. pág.12)

A partir dos fragmentos anteriores de Freidson sobre ocupações podemos observar do que se trata uma ocupação, e com o fragmento acima do CONFEEF e claro o sentido que a ocupação de Educador Físico foi desencadeada, e não se constitui como uma nova ocupação entendendo esta como:

“Em suma, a ocupação bem-sucedida estabelece um ‘mercado social exclusivo’ no abrigo do mercado de trabalho (Parkin, 1979)”. (FREIDSON, O Renascimento do Profissionalismo pág. 119).

Apesar desta tentativa de criação de uma nova ocupação, devemos ter consciência que mesmo nós, sendo possuidores deste conhecimento específico que nos dá o poder de mudança, não podemos pensar que outras não surgirão, ou que com a Unificação da Educação Física, este processo estará interrompido, pois como cita Freidson:

“No entanto, uma vez que em nossa época a educação formal está sendo cada vez mais exigida para o trabalho, é difícil perceber qualquer tendência ao enfraquecimento do princípio ocupacional.” (FREIDSON, O Renascimento do Profissionalismo pág. 110).

## O Papel do Estado



Neste processo o Estado se encontra na contra mão dos profissionais, pois à medida que temos uma situação de alto-estadismo, e os profissionais possuem uma associação formal<sup>9</sup>, mas não são atuantes nestas, estes acabam por ficar a mercê do Sistema Burocrático do Estado e dos seus Órgãos Estatais, não sendo responsáveis e participativos na legitimação dos processos envolvidos diretamente e indiretamente com sua área, ocasionando a ausência do poder de direção de seus negócios e de influenciar a política do estado sobe a maneira como seus membros são escolhidos e treinados.

“A implicação disso é que, sob condições de ‘alto estadismo’, quando os profissionais não têm uma associação formal que seja independente do Estado e os órgãos estatais são responsáveis pela legitimação e direção de seus negócios, eles perdem o poder de influenciar a política do Estado sobre a maneira como seus membros são escolhidos e treinados, sobre sua posição a divisão de trabalho e na força de trabalho, sobre sua renda e prestígio, sobre suas condições de trabalho e suas relações com os clientes em particular e com o público em geral”. (FREIDSON, O Renascimento do Profissionalismo pág. 73).

E em uma época em que a tecnocracia impera, este tipo de papel desempenhado pelo Estado leva os profissionais, em sua grande maioria ao total descaso com sua importância política dentro dos espaços de construção da profissão, sendo este dualismo responsável por favorecer este processo de Acumulo Flexível do Capital, que tem relação direta com a identidade profissional da classe, que logo refletira no tipo de trabalho desenvolvido e na relação com o público; que é estabelecida prioritariamente pela docência sendo esta a característica da intervenção do Profissional de Educação Física, em qualquer campo de atuação, constituindo-se num processo de investigação, numa relação comunicativa entre sujeitos; a construção da identidade profissional é algo inacabado, diz respeito, não apenas ao espaço de trabalho, mas a um processo complexo que reflete os modelos de formação e a perspectiva mercadológica predominante, sendo preciso que adquiramos a consciência que os processos políticos vão permear nossa prática e perante isto o profissional deve se apropriar de tal conhecimento para não ser mais uma marionete dos que detém o poder.

## Referências

- 1- BRACHT, V. CRISÓRIO, R. A educação Física no Brasil e na Argentina: Identidade e Perspectivas da Educação Física na América do Sul. Formação profissional em educação física no Brasil. São Paulo. Ed. Autores Associados. 2003. p. 259-278.
- 2- \_\_\_\_\_. A Educação Física no Brasil e na Argentina. Identidade e Crise na Educação Física: Um enfoque Epistemológico. São Paulo. Ed. Autores Associados. 2003. p. 13-29

---

<sup>9</sup> As associações, são as APEF's – Associação de Professores de Educação Física



III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte  
*Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular*  
Niterói – RJ  
23 a 25 de setembro de 2010

ISSN 2179-8141

- 3- DINIZ, M. Repensando a teoria da proletarianização dos profissionais. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(1): 165-184 maio de 1998.
- 4- FREIDSON, Eliot. O Renascimento do profissionalismo. Ed.USP, 1998. Tradução: Celso Mauro Paciomik.
- 5- \_\_\_\_\_. Para uma análise comparada das profissões. A institucionalização do discurso e do conhecimento formal. Versão revista de trabalho apresentado no 19º Encontro Anual da ANPOCS em Caxambu, MG, em 19 de outubro de 1995. Tradução: João Roberto Martins Filho.
- 6- LIGIA, M. de O. B. Ensaio Bibliográfico. As profissões no Brasil e sua Sociologia. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº. 3, 2003, pp. 593 a 607.
- 7- MARQUES, R. S. B. A construção do profissionalismo na agronomia: trabalho, ciência e poder. Dissertação. Mestrado em Sociologia, UFU. 2009.
- 8- Oliveira, D. A. Conseqüências da regulamentação da profissão na construção da identidade profissional. In. XVI CONBRACE. III CONICE, pág. 4. 2009. Salvador. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/viewFile/985/701>
- 9- “CREF's Fazem a festa pelo Brasil”. Rev. CONFEEF. Ano VIII. nº. 29. Outubro de 2008, p. 10-18.
- 10- Carta brasileira de prevenção integrada na área da saúde. Na perspectiva da educação física. Sistema CONFEEF/CREF's. Rio de Janeiro, 2008.
- 11- BRASIL. Decreto Lei Nº. 9.696, de 1º de setembro de 1998. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. 1 de setembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.